



Área: DIREITO

Especialização em:

Direito Tributário

Carga Horária:

408 horas

Sumário

1. Justificativa	2
2. Objetivos.....	3
3. Público-Alvo.....	4
4. Vagas Oferecidas e Critérios de Seleção	4
5. Programa.....	4
6. Frequência e Avaliação	5
7. Coordenação	5
8. Período e Periodicidade.....	6
9. Trabalho Final.....	6
10. Conteúdo Programático.....	6
11. Corpo Docente	11
12. Infraestrutura Física.....	13
13. Critério de Seleção	13
14. Sistema de Avaliação	14
15. Controle de Frequência e Aprovação	14
16. Certificação.....	15
17. Histórico da Instituição	15
18. Missão e Visão Institucional	21
19. Princípios e Valores.....	21



1. Justificativa

É possível afirmar com relativa tranquilidade que, nos últimos anos, o Direito Tributário tem assumido protagonismo entre os ramos da ciência jurídica no Brasil. Tal afirmação tem estreita relação com o fato do tributo figurar como principal receita pública estatal, com o alto custo tributário (carga tributária) suportado pelas empresas e com a complexa e volumosa legislação tributária brasileira.

Tais fatos exigem cada vez mais conhecimentos teóricos e práticos dos profissionais que atuam com normas tributárias na esfera federal, estadual e municipal. Por outro lado, o profissional que conta com sólida formação tributária (teórica e prática) passa a ser de vital importância em empresas, escritórios de advocacia e em instituições públicas, participando efetivamente dos processos decisórios em cada uma dessas esferas.

Contudo, a formação tributária de excelência exige conhecimento pluridisciplinar não fornecido nos cursos de graduação de direito, contabilidade ou administração. Com efeito, o profissional tributário de excelência precisa conjugar conhecimentos teóricos e práticos de diversas áreas, em especial de Direito Tributário, Financeiro e Societário, além de Ciências Contábeis.

A presente Pós-Graduação busca formar o profissional tributário de excelência, com sólida formação teórica, aliada ao importantíssimo conhecimento prático da área, de forma a habilitá-lo a participar das principais tomadas de decisão no campo tributário privado ou público. Para tanto, o curso conta com um corpo docente formado por professores com excelente formação teórica (80% possuem mestrado ou doutorado), combinada com atuação prática relevante e reconhecida em seus respectivos campos de atuação. Em outras palavras: todos os professores contam com aprofundada qualificação teórica aliada à atuação prática destacada em suas áreas de atuação (advogados privados, advogados públicos, magistrados, auditores e contadores).

Além disso, o curso conta com metodologia inovadora, que analisa as principais questões tributárias sob o viés de casos práticos concretos. Por último, vale destacar que, ao contrário de outras especializações, onde a análise dos aspectos contábeis, societários e dos regimes especiais de tributação merecem pouca atenção, o presente curso procura dedicar maior tempo a essas disciplinas, face a relevância na formação do profissional tributário de excelência.

2. Objetivos

Objetivo Geral:

O curso objetiva habilitar os participantes a compreender os conceitos e melhores práticas tributárias e fiscais, de maneira a formar profissionais que participem das tomadas de decisão fiscal no âmbito privado e público. O corpo Docente é composto por professores com sólida formação jurídico-tributária e contábil, que atuam profissionalmente com a disciplina de sua competência, de forma a aliar o mais profundo conhecimento teórico à atuação prática. Ao término do Curso, o aluno estará capacitado a prever riscos fiscais, gerenciar informações tributárias e analisar a legalidade de eventuais planejamentos tributários, em funções de assessoria, consultoria, fiscalização e julgamento em organismos públicos ou privados.

Objetivos Específicos:

- Estimular o desenvolvimento de habilidades e competências, tais como:
- Entender o sistema tributário brasileiro, seus princípios e regramento constitucional;
- Operar corretamente com ferramentas que aprimorem a tomada de decisão em questões jurídicas tributárias;
- Compreender o processo de apuração dos tributos, bem como a gestão estratégica tributária;
- Avaliar, do ponto de vista técnico, a tomada de decisão sobre as opções e regimes tributários;
- Analisar eventuais repercussões tributárias de contratos envolvendo operações societárias;
- Interpretar e analisar a legislação tributária, de acordo com as posições dos Tribunais Superiores no contencioso judicial e administrativo;
- Compreender as repercussões de conceitos e institutos contábeis no campo tributário;
- Conhecer princípios e conceitos relacionados ao Direito Tributário Internacional, bem como suas repercussões no campo do Direito Tributário brasileiro;
- Prever riscos fiscais e analisar a legalidade/licitude de eventuais planejamentos tributários.

3. Público-Alvo

O Curso destina-se a portadores de diploma de curso de graduação em Direito, Economia, Administração ou Ciências Contábeis emitido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo Ministério da Educação, que atuem ou pretendam atuar no campo tributário e, em função disso, necessitem de conhecimentos específicos e atualizados para melhorar sua capacitação, ou que busquem se habilitar a novas necessidades de mercado quanto aos conhecimentos tributários. A excelência no campo tributário será, sem dúvida, um diferencial na sua alocação no mercado.

Áreas de Formação: Cursos superiores, de preferência em alguma área de humanas.

4. Vagas Oferecidas e Critérios de Seleção

- Até 30 vagas por turma.
- Seleção através de análise curricular e entrevista.

5. Programa

MÓDULOS		Carga Horária
Módulo Sistema Tributário Brasileiro e Direito Constitucional Tributário		
Estado Fiscal, Limitações ao Poder de Tributar e Direito Constitucional Tributário		32
Conceito de Tributo: espécies tributárias e normas gerais		24
Legislação Tributária, Fato Gerador, Lançamento, Obrigação e Crédito Tributário, Sujeição tributária ativa e passiva		32
Módulo Contábil, Societário e Penal Tributário		
Contabilidade Geral e Tributária		24
Direito Empresarial/Societário, Repercussões tributárias e Penais		24
Módulo Tributos em Espécie		
Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica		24
Contribuições Sociais, de Intervenção no Domínio Econômico e Interesse de Categorias Profissionais		24
Imposto de Importação, Imposto de exportação, IPI, IOF, ITR e Imposto sobre grandes fortunas		24
ICMS, IPVA e ITCMD		24
ISS, IPTU e ITBI		24
Módulo Tributação Setorial/Regimes Especiais, Tributação Internacional e Planejamento Tributário		

Tributação Setorial e Regimes Especiais	24
Direito Tributário Internacional	24
Planejamento Tributário	24
Módulo Contencioso Tributário Estratégico	
Processo Judicial Tributário	32
Administração Tributária e Processo Administrativo Tributário	24
Módulo Conclusão de Curso	
Trabalho de Aplicação do Conhecimento	24
TOTAL	
	408

6. Frequência e Avaliação

A frequência e seu controle seguirão o disposto no regulamento da Coordenadoria de Pós-Graduação e Extensão da FPM RIO.

A avaliação de cada disciplina ocorrerá ao final de sua carga horária, através de prova, trabalho ou *paper*, a critério e controle do docente com maior carga horária na respectiva disciplina.

Para obtenção do Certificado de Especialista em Direito Tributário, o discente deverá ser aprovado na Disciplina Trabalho de Aplicação do Conhecimento, com entrega de artigo acadêmico científico a ser apresentado, defendido e aprovado pelo professor responsável pela aludida disciplina.

7. Coordenação

Prof. Gilson Pacheco Bomfim

Doutorando e Mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ

Currículo Resumido:

Doutorando e Mestre em Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento pela UERJ. Especialização lato sensu em Direito Tributário pela UNISUL. Legal Law Management em Direito Corporativo pelo IBMEC. Procurador da Fazenda Nacional desde 2007. Procurador Chefe da Divisão de Acompanhamento especial no Rio de Janeiro desde 2017. Professor Convidado no Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário da UFF em 2015. Professor Convidado no Curso de Pós-Graduação em Direito Tributário da UERJ desde 2019. Integrante do Comitê Executivo da Escola da Advocacia Geral da União no Rio de Janeiro desde 2019. Diretor do Centro de Altos Estudos da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional o Rio de Janeiro desde 2020. Ex integrante da Advocacia Geral da União.

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7601550026498548>

8. Período e Periodicidade

Período de duração do Curso: 18 meses

Dias da Semana: Terças e Quintas

Horário: 18h30 às 22:00

9. Trabalho Final

O trabalho final consiste na entrega de artigo acadêmico científico a ser apresentado, defendido pelo discente, com aprovação do professor responsável pela respectiva disciplina.

10. Conteúdo Programático

Disciplina	Ementa
Estado Fiscal, Limitações ao Poder de Tributar e Direito Constitucional Tributário	Apresentação das funções da tributação. Importância dos tributos como fonte de receita estatal. Definição de Estado Fiscal. Identificação em linhas gerais da estrutura tributária brasileira. Definição e importância dos princípios. Princípios constitucionais tributários. Limitações ao poder de tributar. Competência tributária. Direitos do contribuinte. Imunidades. Análise de casos jurisprudenciais emblemáticos.
Conceito de Tributo: espécies tributárias e normas gerais	Apresentar as espécies tributárias e suas características. Conhecer o conceito e as características dos impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios. Diferenciar taxa e preço público. Definir poder de polícia e prestação de serviço público. Conceituar e caracterizar a contribuição de melhoria, bem como as hipóteses que justificam sua cobrança. Analisar a figura dos empréstimos compulsórios, sua natureza jurídica e hipóteses de instituição. Conhecer as normas gerais em matéria tributária (Constituição. Código Tributário Nacional. Leis. Medidas Provisórias. Decretos Regulamentares. Convênios. Normas Complementares. Tratados Internacionais). Análise de casos jurisprudenciais emblemáticos.

Legislação Fato Lançamento, Obrigação, Tributário, Tributária Passiva.	Tributária, Gerador, Crédito Sujeição Ativa e	Identificar a vigência e aplicação da legislação tributária, bem como seus métodos de interpretação e integração. Conhecer o fato gerador (definição e tipologia) e obrigação tributária: conceito e espécies. Identificar os tipos de Lançamento tributário e suas espécies. Verificar as formas de constituição do crédito tributário, sua definição e extinção pelo pagamento, compensação e remissão. Exclusão do crédito tributário: isenção e anistia. Distinguir prescrição e decadência e suas repercussões práticas. Definir os sujeitos da obrigação tributária. Diferenciar contribuinte e responsável. Verificar e distinguir as hipóteses de responsabilidade tributária. Analisar a condição de substituto tributário e as repercussões daí decorrentes. Análise de casos jurisprudenciais emblemáticos.
Contabilidade Tributária	Geral e	Capacitar o aluno a compreender os fundamentos da contabilidade, seus princípios e convenções. A contabilidade como instrumento de planejamento e tomada de decisão. Regime de competência e regime de caixa. Demonstrativos contábeis. Conceitos de custos, despesas e investimentos. Entender e elaborar um balanço patrimonial, com seus respectivos itens: ativo, passivo e patrimônio líquido. compreender a demonstração do resultado do exercício (receitas, custos e despesas) e os tributos nas demonstrações financeiras. Operar adequadamente a contabilização dos tributos.
Direito Societário, Repercussões tributárias e Penais	Empresarial-	Identificar os tipos de sociedades previstos no ordenamento jurídico e suas repercussões tributárias: sociedades simples e empresárias. Simples nacional: definição de microempresa – ME e empresa de pequeno porte - EPP. MEI. Sociedades LTDA e S/A e EIRELI. Elucidar o conceito de capital social e patrimônio. Delimitar o campo de atuação da administração das sociedades e de seus órgãos, bem como as hipóteses de responsabilidade tributária de sócios e de administradores. Analisar a responsabilidade tributária no trespasse e nas reorganizações societárias: fusão,

	<p>transformação, incorporação, cisão. Delimitar as operações societárias em que se apura ágio. Verificar as repercussões da falência e recuperação de empresa e seus efeitos fiscais. Apresentar as hipóteses de ilícito tributário. Responsabilidade civil, penal e fiscal. Responsabilidade pessoal, por substituição e por sucessão. Sanções administrativas, civis e sanções penais. Solidariedade. Denúncia espontânea. Conhecer ilícitos tributários penais. Analisar as excludentes de responsabilidade. O pagamento do tributo e sua repercussão no ilícito penal tributário.</p>
Imposto de Renda Pessoa Física e Pessoa Jurídica	<p>Precisar as características do imposto de renda, delimitando o conceito de renda e proventos de qualquer natureza. Identificar o momento da disponibilidade da renda, as alíquotas, base de cálculo, sujeito passivo e ativo. compreender o princípio da anterioridade e irretroatividade no IR, bem como a generalidade, universalidade e progressividade na tributação da renda. retenção na fonte. IRPF. IRPJ. Capacitar o aluno para verificação do tipo de tributação mais adequado a cada contribuinte (lucro real, presumido, arbitrado e simples nacional). Verificar eventuais hipóteses de bitributação internacional da renda e tratamento do caso. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
Contribuições Para a Seguridade Social, de Intervenção no Domínio Econômico e Interesse de Categorias Profissionais	<p>Definir a natureza jurídica, espécies, finalidades e aspectos constitucionais dessas modalidades tributárias. Delimitar e diferenciar as contribuições para a seguridade social, contribuições de intervenção no domínio econômico e contribuições de categorias profissionais e econômicas, identificando seu sujeito ativo e passivo, sua hipótese de incidência, base de cálculo e alíquota. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
Imposto de Importação, Exportação, IPI, IOF, ITR e IGF	<p>Definir a Natureza Jurídica, espécies, finalidades e aspectos constitucionais dessas modalidades tributárias, distinguindo-as umas das outras. Identificar seus fatos imponíveis, fato gerador, alíquota, base de cálculo,</p>

	<p>sujeito passivo e ativo, bem como as formas de lançamento. Conceito de extrafiscalidade e gasto tributário. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
ICMS, IPVA e ITCMD	<p>Definir a natureza jurídica, espécies, finalidades e aspectos constitucionais dessas modalidades tributárias, distinguindo-as umas das outras. Conhecer seus fatos geradores, alíquotas e base de cálculo. Compreender o correto conteúdo da não cumulatividade, o regime de creditamento e a seletividade no ICMS. Delimitar as hipóteses de responsabilidade e substituição tributária nas aludidas espécies tributárias. Compreender a lógica da guerra fiscal, através de benefícios fiscais, bem como a necessidade de eventuais convênios para sua concessão. Precisar os casos de ICMS na importação e exportação. Assentar as diferenças entre ICMS e ISSQN. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
ISS, IPTU e ITBI	<p>Definir a natureza jurídica, espécies, finalidades e aspectos constitucionais dessas modalidades tributárias, distinguindo-as umas das outras. Conhecer seus fatos geradores, sujeição passiva, alíquotas e base de cálculo. Compreender a teoria da localização, da destinação e a Progressividade nessas espécies tributárias. Revisitar a função social da propriedade. Demarcar os aspectos constitucionais, local do fato gerador, sujeito passivo, base de cálculo, alíquota mínima e máxima e Imunidades do ISSQN. Verificar a extensão ou não do conteúdo da Lista de serviços previstas na LC que regula a matéria. Analisar as hipóteses em que serviços são prestados com fornecimento de mercadorias. Demarcar as hipóteses de incidência em importação e exportação de serviços. Retenção na fonte. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos</p>
Tributação Setorial e Regimes Especiais	<p>Analisar e conhecer o funcionamento da tributação nos setores de óleo, gás, petróleo, energia e indústria naval. Conhecer os principais regimes especiais de tributação e</p>

		<p>suas peculiaridades. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
Direito Internacional	Tributário	<p>Compreender a política tributária no mundo globalizado e a formação de blocos econômicos internacionais. Delimitar o conceito de bitributação internacional. Verificar a aplicação, interpretação e prevalência dos tratados internacionais em face da legislação interna. Precisar as hipóteses de tributação dos rendimentos auferidos no exterior. Conhecer e fixar os conceitos de offshores e de paraísos fiscais, bem como o regime tributário brasileiro para países de tributação favorecida. Conhecer a normatização envolvendo preços de transferência no Brasil e no direito comparado (transfer pricing). Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
	Planejamento Tributário	<p>Definir os conceitos de elisão e evasão fiscal, bem como demarcar suas características. Compreender os mecanismos elisivos. Assentar o conceito de negócio jurídico Indireto. Delimitar o campo de Interpretação e das lacunas legislativas diante de planejamentos tributários. Precisar o conceito de abuso de formas e da norma geral anti elisiva. Elucidar o conceito de evasão e sua e tipologia. Balizar as hipóteses de utilização dos institutos da simulação e da desconsideração da personalidade jurídica para afastar planejamentos tributários realizados pelos contribuintes. Conceituar planejamento tributário, estabelecendo suas características e finalidade, bem como seus limites. Regras básicas do planejamento fiscal. Espécies de planejamento fiscal. Mecanismos internos e internacionais de planejamento fiscal. Realizar uma breve análise jurisprudencial de casos emblemáticos.</p>
	Processo Judicial Tributário	<p>Conceituar e delimitar dívida ativa, apresentando suas características. Analisar os aspectos mais relevantes no bojo de execução fiscal, tais como a aplicação ou não do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito tributário. Elucidar as ações antiexacionais. Embargos. Ação de repetição do indébito. Ação</p>

	<p>anulatória. Ação de consignação em pagamento. Ação declaratória de inexistência de débito fiscal. Mandado de segurança em sede tributária. Analisar a concessão de medida liminar e antecipação de tutela em matéria tributária e seus efeitos. Verificar os recursos cabíveis no bojo do contencioso judicial tributário. Verificar a aplicação da teoria dos precedentes em matéria tributária. Conhecer eventuais peculiaridades da coisa julgada no campo tributário. Distinguir negócio jurídico processual x transação tributária.</p>
Administração Tributária e Processo Administrativo Tributário	<p>Delimitar o conceito de administração tributária, apontando os direitos e deveres da fiscalização. Dever de informação. Sigilo fiscal. Elucidar o objeto do contencioso administrativo, analisando os seguintes institutos: auto de infração, impugnação ao auto de infração, retificação do auto de infração, julgamento da impugnação e recurso. Verificar os casos de julgamento em segunda instância: Os conselhos de contribuintes. Analisar as hipóteses de julgamento pela câmara superior de recursos fiscais. Analisar os institutos da reclamação, consulta, certidões. Verificar as hipóteses de arrolamento de bens, repetição do indébito e parcelamento de débitos fiscais.</p>
Trabalho de Aplicação do Conhecimento	<p>Fornecer ao aluno substrato para que possa apresentar seu trabalho de conclusão de curso, ajudando-lhe a eleger os objetivos e finalidades, bem como identificar os métodos, a metodologia, formalidades, uso do vernáculo e os cuidados para se evitar o plágio.</p>

11. Corpo Docente

Professor	Titulação	Link Lattes
Agostinho do Nascimento Netto	Doutor	http://lattes.cnpq.br/4305714009163719
Ana Paula Braga Saunders	Mestranda	http://lattes.cnpq.br/7406643111483790
Andréa Veloso Correia	Especialista	http://lattes.cnpq.br/3446904779255410
Antonio Do Passo Cabral	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6675990712870926
Bianca Ramos Xavier	Doutora	http://lattes.cnpq.br/6718982459511808
Bruno Maurício Macedo Curi	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5111558401534933
Breno Ladeira Kingma Orlando	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5656308194750168



Carlos Alexandre de Azevedo Campos	Doutor	http://lattes.cnpq.br/5345378267768267
Carlos Henrique Tranjan Bechara	Mestre	http://lattes.cnpq.br/2098019528832009
Catarina de Lima e Silva Borzino	Especialista	http://lattes.cnpq.br/0297283199214302
Daniel Ávila	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7336219514877331
Érico Teixeira Vinhosa Pinto	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5062397792856492
Fernanda Duarte Lopes Lucas da Silva	Doutora	http://lattes.cnpq.br/0996653467128442
Gilberto Alvarenga	Mestre	http://lattes.cnpq.br/3609960157125222
Gilberto Fraga	Especialista	http://lattes.cnpq.br/5932540709242103
Gilson Pacheco Bomfim	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7601550026498548
Gustavo Da Gama Vital De Oliveira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/0992636492857734
Ilana Bertagnolli	Mestra	http://lattes.cnpq.br/5336203726801808
Janssen Hiroshi Murayama	Mestre	http://lattes.cnpq.br/5315653578769240
João Rafael Lavandeira Gândara de Carvalho	Mestre	http://lattes.cnpq.br/2642410689965721
José Miguel Rodrigues	Mestre	http://lattes.cnpq.br/7345639235507856
Kerlly Huback Bragança	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1438859795505698
Leonardo Azevedo Dias da Silva Ventura	Especialista	http://lattes.cnpq.br/2882059766477335
Lycia Braz Moreira	Mestra	http://lattes.cnpq.br/5563505287521242
Márcio Ladeira Ávila	Doutor	http://lattes.cnpq.br/3912618529652555
Marco Antonio Ferreira Macedo	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1178785128631684
Marcus Abraham	Doutor	http://lattes.cnpq.br/7402153190471389
Marcus Livio Gomes	Doutor	http://lattes.cnpq.br/6210884573719098
Marcus Vinicius Cardoso Barbosa	Mestre	http://lattes.cnpq.br/4650359651982041
Mauricio Pereira Faro	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1181764895116079
Micaela Domingues Dutra	Doutora	http://lattes.cnpq.br/7945016339177446
Priscila Haidar Sakalem	Mestranda	http://lattes.cnpq.br/5613073843441098
Rafael Gaia Edais Pepe	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1839152226397646
Richard Edward Dotoli Teixeira Ferreira	Doutor	http://lattes.cnpq.br/9576756703736555
Ronaldo Campos e Silva	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1760114534192789
Sergio André Rocha Gomes da Silva	Doutor	http://lattes.cnpq.br/1244246885259389
Sergio Magalhães lima	Especialista	http://lattes.cnpq.br/1244246885259389
Theophilo Antonio Miguel Filho	Doutor	http://lattes.cnpq.br/3357000647283565
Tom Pierre	Mestre	http://lattes.cnpq.br/1328503627471524
Vanessa Huckleberry Portella Siqueira	Mestra	http://lattes.cnpq.br/0215068741900522



12. Infraestrutura Física

O curso conta com salas de aula amplas, arejadas e bem estruturadas, com sistema de refrigeração central, com quadro-branco e carteiras estofadas e acolchoadas. Acesso livre às dependências da Biblioteca da Faculdade (inclusive salas de estudos individuais e em grupo), bem como aos Laboratórios de Informática da Instituição.

BIBLIOTECA: O acervo está em permanente complementação com a aquisição de novos títulos para atender à bibliografia básica das disciplinas, incluindo textos atualizados das diferentes disciplinas, obras de referência, bem como a assinatura de revistas científicas e programas online da área de Ciências Contábeis. A tipologia do material bibliográfico é a seguinte: Obras de referência (dicionários técnicos especializados, enciclopédias, glossários); Livros e manuais técnicos; Periódicos nacionais e estrangeiros; Produção intelectual; Normas técnicas; Catálogos técnicos e publicações seriadas.

LABORATÓRIOS: A comunidade acadêmica dispõe de 03 laboratórios de informática. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2ª a 6ª feira das 07h às 22h, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

13. Critério de Seleção

O pré-requisito essencial para a admissão nos cursos de PósGraduação da FPM RIO é possuir diploma de graduação em curso superior. Adicionalmente é exigido um currículo atualizado como critério adicional de seleção, que será utilizado eventualmente em entrevista com o Coordenador do Curso no caso de procura superior à oferta de vagas.

Ao matricular-se, o aluno aceitará as normas estabelecidas pelo Regulamento Interno e Regulamentos da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

O encerramento das inscrições acontecerá no mínimo uma semana antes do início do Curso.

Documentação necessária: Currículo resumido, Cópias do RG, CPF e do Diploma ou Certificado de Conclusão e do Histórico Escolar da Graduação; duas cartas de recomendação de professores ou de profissionais ligados à área de atuação do candidato.

14. Sistema de Avaliação

A avaliação é um processo, diferente do julgamento e o medir sustentados pela concepção tradicionalista de educação, um convite/desafio, portanto, à mudança. Assim sendo, em seguida serão apresentadas as propostas de avaliação pedagógica e avaliação institucional que sustentam este curso.

Avaliação Pedagógica: As avaliações por disciplinas serão entendidas como processo, dando liberdade a cada professor de junto aos alunos estabelecer critérios de avaliação do conteúdo, utilizando principalmente uma ou mais de uma forma de avaliação, dentre as quais: provas, trabalhos individuais, trabalhos em grupo, apresentação de seminários, artigos científicos e participação do aluno nas atividades acadêmicas.

Avaliação Institucional: Os alunos avaliarão a composição e desempenho do corpo docente, a infraestrutura física e o atendimento administrativo prestado pela instituição e pela Coordenação do Curso.

15. Controle de Frequência e Aprovação

A frequência (75%) será considerada na conclusão de cada disciplina através do diário de classe. Será aprovado o aluno que, além da frequência mínima mencionada e que através das avaliações a que for submetido, obtenha nota igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina, bem como no trabalho final.

Mecanismo de Gestão e Avaliação: A verificação da aprendizagem escolar deve priorizar sua função constitutiva, isto é, diagnóstica, sempre na perspectiva de inclusão do aluno na direção de obter, cada vez mais, melhores resultados no processo de construção do seu aprender e do seu saber, entendido este processo enquanto ato que o sujeito exerce sobre si mesmo.

Os graus poderão variar de 0 (zero) a 10 (dez), aceitando-se, apenas, aproximação de décimos, ou seja, apenas de uma casa decimal. Havendo apenas uma avaliação individual, que deverá ser formal e documentada, esta será a nota final da disciplina/módulo.

Cada disciplina do curso terá sua avaliação própria. Caso o aluno seja reprovado em uma disciplina, por insuficiência de nota ou de presença, terá de repeti-la em um outro curso que venha a ser programado.

O aluno será considerado aprovado se obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas atividades acadêmicas de cada disciplina/módulo (critério de assiduidade); e a nota final que expressar o aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem for igual ou superior a 7,0 (sete) em cada disciplina ou módulo e, inclusivamente, no trabalho final.

16. Certificação

De acordo com as exigências da legislação educacional (Resolução CNE/CES nº 1 de 06 de abril de 2018), o aluno deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso. Atendidos os requisitos do curso, será oferecido um Certificado de Pós-graduação Lato Sensu terão validade nacional, emitido pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

17. Histórico da Instituição

No âmbito da tradição calvinista, o projeto educacional que deu início ao Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e presentemente da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, tem sua origem no ano de 1870, a partir da obra de um casal de missionários presbiterianos norte-americanos, Rev. George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Ann Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP.

Na primavera de 1870, utilizando sua própria residência como sala de aula, Mary Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava. Desde o ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, 144 anos passados, de não fazer distinção de sexo, credo ou etnia, acolhendo crianças que a escola da época não acolhia. No segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 alunos.

Se numericamente a escola era inexpressiva, a proposta pedagógica se apresentava ambiciosa e pioneira, para não dizer francamente revolucionária para os padrões da época. Seu modelo baseava-se no sistema escolar americano: as classes eram mistas, praticava-se ginástica, aboliram-se as repetições cantadas e os castigos físicos (a famosa palmatória), introduziu-se a experimentação. Grande ousadia foi enfatizar a liberdade religiosa, racial e política, numa época em que as escolas eram reservadas à elite monarquista e escravagista. A escola foi pioneira em receber filhos de abolicionistas, republicanos, protestantes e judeus.

Em 1885, o médico e educador norte-americano Horace M. Lane recebeu a Escola Americana das mãos de George Chamberlain, passando a conduzir por quase três décadas os destinos da crescente instituição educacional presbiteriana. Datam dessa época a Escola Normal, o Protestant College (denominado Mackenzie College a partir de 1895), o Curso Superior de Comércio (1886), embrião dos posteriores cursos nas áreas de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, o Curso Superior de Preparatórios e a Escola de Engenharia Mackenzie College – mais antigo estabelecimento de ensino de engenharia do país, no segmento privado e confessional. A inserção do nome “Mackenzie” nesse contexto expressa a

homenagem prestada ao advogado e filantropo, John Theron Mackenzie, cujo legado financeiro permitiu a construção da Escola de Engenharia.

Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar professores. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada uma área no bairro de Higienópolis, São Paulo, onde se encontram sediados, hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade.

Marco do pioneirismo que sempre permeou a instituição, a criação da primeira experiência oficial de cotitulação internacional, tendo a University of the State of New York como entidade associada (1893).

Outros marcos: O primeiro curso de Química Industrial de São Paulo (1911); o mais antigo curso de engenharia Química do país (1922); introdução do Sistema Decimal Dewey de catalogação de bibliotecas no Brasil (1926); primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil (1930); primeira Faculdade de Arquitetura do estado de São Paulo (1947); exigência de Projetos-Tese para os concluintes dos cursos superiores, antecipando-se ao requisito das monografias de conclusão de curso hoje implantado pelo Ministério da Educação; criação de uma rede de cursos de alfabetização de adultos, antecipando-se ao MOBRAL.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta. O Mackenzie acompanhava o desenvolvimento do país republicano no campo da educação; e para o Mackenzie também se havia voltado o olhar de inúmeros educadores "escola novistas" que, à época, levantavam a bandeira do ensino técnico-profissionalizante como um imperativo necessário à reconstrução educacional do país. Em 1932 começavam as aulas do Curso Técnico Mackenzie, destinado às áreas de Química Industrial, Mecânica e Eletricidade.

Em 1940, por exigência do Estado Novo, o Mackenzie College passou a ser denominado Instituto Mackenzie. Eram suas unidades a Escola Americana, o Colégio Mackenzie, a Escola Técnica e a Escola de Engenharia. Na linha histórica temos: Mackenzie College (1892–1940), seguida do Instituto Mackenzie (1940-1997), depois Instituto Presbiteriano Mackenzie (IPM), entidade mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio.

Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde (1980) se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais.

No ano de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, que veio a dar origem ao atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Destaca-se que, em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação, Dr. Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano. Na sua origem, a nova universidade – terceira no estado de São Paulo – foi constituída das seguintes unidades acadêmicas: Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas.

A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação.

Anos mais tarde, em 1970, foram instaladas a Faculdade de Comunicação e Artes e a Faculdade de Tecnologia, esta última tendo atualmente a denominação de Faculdade de Computação e Informática. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Educação Física, esta última localizada no então Campus Tamboré (atual Campus Alphaville).

Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, reafirmando, assim, sua identidade confessional. O Mackenzie é uma comunidade fortemente integrada, e atribui-se a isso a identidade de propósitos entre a comunidade de mestres e alunos e, acima de tudo, uma tradição cultural afetiva compartilhada na instituição, batizada de espírito Mackenzista.

Com essa característica empreendedora e pioneira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie decidiu estender sua atuação e ampliá-la. A cidade do Rio de Janeiro foi a sede pioneira da Igreja Presbiteriana do Brasil, associada vitalícia do IPM.

Em 12.08.69 chegava ao Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro, o primeiro Missionário Presbiteriano, Rev. Ashbell Green Simonton. Daí a escolha, dentro do planejamento estratégico do Instituto, de ampliar para a capital do Rio de Janeiro a proposta educacional Mackenzista.

Atualmente, a instituição “Mackenzie” é um dos maiores complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento três dezenas de cursos de Graduação, quase 20 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, além de seis dezenas de cursos Lato Sensu e amplo portfólio de atividades de Extensão.

Esse histórico de inúmeras realizações na área da educação projeta um desenvolvimento da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio – FPM RIO, nascida com o objetivo de construir no Rio de Janeiro a excelência acadêmica já alcançada em São Paulo.

No Rio de Janeiro, o Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBC, anterior mantenedor da Faculdade Moraes Júnior, embrião da FPM RIO, foi inaugurado em 20.09.16, com sede provisória na Associação dos Empregados do Comércio, à Rua Gonçalves Dias, 42, 2º andar, a fim de congregar guarda-livros e contabilistas, elevando-lhes o nível cultural e aprimorando o exercício profissional.

Era imprescindível, já na década de 20, o preparo profissional acadêmico para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos, motivando, assim, o IBC, a acabar com o empirismo na atividade contábil. Fundou, então, em 1926, a Escola Técnico-Comercial, oficialmente reconhecida pela Portaria de 14.10.30, do Ministério de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 1932, passou a funcionar no sobrado do prédio da Rua da Carioca, 52, com os cursos Propedêuticos, Técnico de Guarda-Livros e Perito Contador.

Em 16.10.34, foi criado o Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro, que passou a ser a entidade mantenedora da Escola Técnica Comercial. Esta procurou adequar-se à reforma do ensino de 1961, passando a denominar-se, em 1963, Colégio Comercial do Instituto Brasileiro de Contabilidade, IBC, atualmente sem atividades didático-pedagógicas.

João Ferreira de Moraes Júnior, um dos fundadores do IBC, almejava a articulação sequencial do curso técnico de contabilidade de nível médio com o curso de grau superior, porém, não logrou êxito. A criação da Faculdade de Ciências Contábeis e Atuariais prevista no Estatuto do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro continuava no papel até 25 de abril 1964, quando, precisamente no Dia do Contabilista, o Docente Píndaro José Alves Machado Sobrinho, imbuído do mesmo ideal e tenacidade de Moraes Júnior, realizou o sonho dos contabilistas, inaugurando e instalando a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas do IBC, tendo passado depois, em lugar de IBC, a ostentar o nome do líder dos contabilistas - Moraes Júnior, em homenagem aos seus feitos em prol dos contabilistas decorrentes das suas campanhas, entre eles o reconhecimento e a regulamentação da profissão, do ensino médio e superior de Contabilidade, a normalização da fiscalização do exercício profissional, o projeto da criação do Conselho Federal de Contabilidade e dos Conselhos Regionais de Contabilidade (Lei nº 9.295 de 27.04.46).

A Instituição de Ensino Superior, mantida pelo IBC, iniciou sua atividade com a denominação de Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas Moraes Júnior, no dia 25.04.64, ex vi do Parecer nº 82, de 11.04.64, aprovado pelo plenário do Conselho Federal de Educação, divulgado na Revista Documenta nº 25, às páginas 9 e 11, com o Curso Superior de Ciências Contábeis, e teve confirmada a autorização pelo Decreto Federal nº 55.909, de 09.09.65.

O funcionamento do curso de graduação em Administração começou em 1968, tendo o Parecer de nº 07/1968, de 30.01.68, sido aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) e divulgado pela Revista Documenta nº 80, página 42, em decorrência da regulamentação da profissão de Técnico em Administração, pela Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965. Destaque-se que a IES foi primeira instituição privada de ensino superior a implantar esse curso logo após a sua regulamentação e fixação da respectiva matriz curricular pelo Conselho Federal de Educação.

Em função do pleno e regular funcionamento dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e em Administração, comprovado pelos termos de visita de avaliação in loco dos técnicos em assuntos educacionais da Delegacia Regional do Ministério da Educação e Cultura – MEC do Rio de Janeiro, esses cursos superiores foram reconhecidos pelo Decreto nº 66.406, de 02.04.70, publicado no Diário Oficial de 03.04.70, fl.1.

Os Cursos de Direito e Ciências Econômicas foram autorizados por Decretos assinados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Dr. Itamar Franco, em 22.12.92, publicados no Diário Oficial de 23.12.92, ex vi dos despachos nº 601/90 e 799/90 do Ministro da Educação, Prof. Murílio de Avellar Hingel, Diário Oficial de 12.02.90, considerados os Pareceres 661/92 e 3/92, aprovados, respectivamente, em 21.12.92 e 02.12.92, pelo Conselho Federal de Educação, documenta 355 e 384. Desde cedo o IBC firmou convênios com o Centro de Integração Empresa – Escola – CIEE e com grande número de conceituadas organizações privadas e públicas, para realização de estágio supervisionado.

A IES passou a denominar-se Faculdade Moraes Junior por competente autorização mediante Portaria MEC nº 1888, de 30.12.94, Diário Oficial de 04.01.95.

A sede da Faculdade ocupa posição peculiar, na parte central da maior área de comércio popular do Brasil e uma das maiores do mundo, a chamada SAARA (nome derivado da sigla da Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências, criada em 1962). O prédio localiza-se próximo à Rede Ferroviária, ao principal eixo de comunicação com as zonas Norte e Sul, as Avenidas Presidente Vargas, Passos e Rio Branco, além das linhas 1 e 2 do Metrô.

Tal região, que o planejamento municipal denomina Centro Histórico, é bem maior do que o bairro do mesmo nome, abrigando quatorze bairros, interligados por espessa malha de ruas, túneis e avenidas. Em agosto de 2005, objetivando promover as ações acadêmicas da Faculdade Moraes Júnior, o IBC, associou-se ao IPM, fazendo nascer a Faculdade Moraes Júnior Mackenzie Rio, atual FPM RIO. A partir de 2008, substituiu-se a mantenedora original, o IBC (que recebera a manutenção após a criação da Faculdade, pelo Sindicato dos Contabilistas, em 1964), pelo igualmente tradicional IPM, preservando-se a estrutura administrativa e implementando-se investimentos na recuperação da estrutura física.

A mudança da manutenção trouxe vários benefícios, como, dentre outros, melhorias na infraestrutura e na qualificação do corpo docente, com implantação de Núcleos Docentes Estruturantes em todos os cursos, maior número de docentes em tempos parcial e integral e abertura de novos grupos de pesquisas.

Com a nova situação, passos importantes vêm sendo paulatinamente tomados. Este novo momento já tem sido marcado por investimentos realizados na mantida em diversos aspectos institucionais. As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 20122020” definido pelo Conselho Deliberativo do IPM para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a Faculdade adota políticas institucionais que estabelecem uma série de diretrizes que nortearão a atuação de todos os segmentos e instâncias da FPM RIO nos próximos anos. As ações devem atender a um perfil de formação holística de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, contudo, sem abandonar demandas mais específicas da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em novembro de 2014, a Congregação dos Docentes em assembleia histórica, e em votação unânime, elaborou um novo Regimento Geral, alterando o nome da IES, para FACULDADE PRESBITERIANA

MACKENZIE RIO, igualmente aprovada por unanimidade pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie e homologada pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 1077 de 23.12.15.

A partir deste novo horizonte, está posta a proposição da FPM RIO de pertencer a um projeto de uma comunidade acadêmica fortemente integrada, dedicada a promoção da cidadania e à formação plena dos educandos, pautando-se no espírito e propósito da tradição cristã reformada calvinista. A concepção dos cursos de Pós-

graduação respaldou-se no histórico da instituição, respeitando sua missão, visão e objetivos.

18. Missão e Visão Institucional

Missão significa o direcionamento para a atuação da Instituição no âmbito da sociedade em que está inserida. A Missão institucional encontra-se assim definida: “Educar o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada”. A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio tem relevante papel no atendimento a essa missão por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios nas suas várias áreas acadêmicas.

A Visão da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Dessa forma, a Visão de “Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão”, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos.

O currículo e as políticas e estratégias de ação, dirigidos por esta visão e aplicados no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Gestão Financeira e Auditoria, têm como fim maior favorecer o reconhecimento efetivo, pelos alunos e pela comunidade, de uma instituição que prima pela excelência, considerando seu papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

19. Princípios e Valores

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

- Na conduta pessoal: dignidade, caráter, integridade e espírito Mackenzista;
- No exercício da atividade profissional: ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- No relacionamento interpessoal: lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade; - No processo de decisão: busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidade para todos;
- No relacionamento entre órgãos colegiados, coordenadorias e departamentos: cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada;

- No relacionamento com outras instituições: responsabilidade, independência e transparência;
- Na sociedade: participação e prestação de serviços à comunidade; - E, em todas as circunstâncias, agir com amor, que é o vínculo da perfeição.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio, no âmbito de seu Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Gestão Financeira e Auditoria, concretiza e consolida esses valores por meio de uma prática pedagógica que:

- Tem como característica essencial a aquisição, por seus alunos, de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem, que reflitam os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;
- Forma cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar, buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
- Forma profissional com inteligência autônoma, que se utilize de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do “aprender a pensar” voltada à ação concreta e empreendedora; - Ensina criticamente a seus alunos, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber;
- Orienta as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos, rumo ao desenvolvimento humano.